

**PROCESSO** - A.I. Nº 300198.1202/01-7  
**RECORRENTE** - MARISA SANTIAGO - ME  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - IMPUGNAÇÃO AO ARQUIVAMENTO DE DEFESA  
**ORIGEM** - INFAZ TEIXEIRA DE FREITAS  
**INTERNET** - 26/09/02

**1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO CJF Nº 0358-11/02**

**EMENTA:** ICMS. INTEMPESTIVIDADE. DEFESA FISCAL. Recurso interposto contra despacho da autoridade que determinou o arquivamento da defesa, por ter sido apresentada fora do prazo legal. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO:**

Trata-se de uma petição de Recurso, solicitando ao CONSEF o desarquivamento do seu Recurso, o qual, foi arquivado por intempestividade. Pede que seja analisado o mérito do Recurso arquivado, com base no artigo nº 112 e 10, § 2º do RPAF.

A PROFAZ analisa a petição, afirma que a mesma nada alega ou produz, que possa justificar a extemporaneidade existente na interposição da peça defensiva.

Confere a contagem do prazo recursal, e opina pelo **NÃO PROVIMENTO** deste Recurso.

**VOTO**

Neste Recurso de Impugnação ao Arquivamento, nada foi apresentado para elidir a intempestividade decretada.

O prazo recursal iniciou-se em 08 de abril e encerrou-se no dia 07 de maio de 2002. A peça defensiva foi interposta em 08.05.02, logo, infelizmente intempestiva.

Poderá o recorrente efetivamente comprovar o indébito, e provocar a PROFAZ para que no exame do controle da legalidade, represente ou não ao CONSEF, para exame de mérito.

Nada mais neste momento é possível fazer, por conseguinte voto pelo **NÃO PROVIMENTO** do Recurso.

**RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa apresentado no Auto de Infração nº 300198.1202/01-7, lavrado contra **MARISA SANTIAGO – ME**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$3.345,31**, sendo R\$3.233,15, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos monetários e R\$112,16, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da referida lei, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de setembro de 2002.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

MAX RODRIGUEZ MUNIZ – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PROFAZ